

# VINTE ANOS DO DOCUMENTO DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO NA IGREJA METODISTA (UM ENFOQUE UNIMEPIANO)\*

ELIAS BOAVENTURA  
In memoriam

## INTRODUÇÃO

O Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em Belo Horizonte, em 1982, aprovou, após sofrido e tenso debate, vários documentos importantes, pela natureza do compromisso social que continham. Entre eles, o que se convencionou denominar *Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista*, em vigência até nossos dias e que, neste trabalho, será referido apenas como *Diretrizes*.

Nenhum documento anterior do metodismo brasileiro recebeu tão rápida e ampla divulgação na Igreja, em suas instituições de ensino e em várias outras organizações brasileiras. Provavelmente, nenhum outro tenha provocado tanta celeuma e resistência, não só no interior da Igreja Metodista, como em outras áreas evangélicas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o documento, explicitar as forças que atuaram em sua composição, verificar os pressupostos básicos, conteúdo e impacto provocado, além de avaliar se ele permanece adequado para responder às novas questões que estão sendo postas após vinte anos de sua existência, fase de mudanças muito rápidas e radicais que afetaram, não só a Igreja Metodista, mas a sociedade em geral.

Levantamos com este texto, a hipótese de que *Diretrizes* é produto de longo processo histórico, cujo pico encontra-se nas décadas de 1960 e 1970, com o acirramento das contradições no interior da Igreja Metodista em consequência de sua ambiguidade em relação ao golpe militar de 1964 e do importante diálogo que se travou nas instituições metodistas de ensino superior, principalmente na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), no Instituto Bennett e na Faculdade de Teologia.

Nosso mirante, local de onde lançamos o olhar sobre *Diretrizes*, é a Unimep, tanto no período em que se viveu a elaboração do documento como na etapa posterior à sua aprovação, com as eventuais influências por ele exercidas sobre a mencionada Universidade.

Ao reconhecermos esse mirante, consideramos outra hipótese: *Diretrizes* constitui uma resistência ao reprodutivismo em educação, teoria muito divulgada na década de 1970, insistentemente debatida na Unimep e presente nos escritos de Althusser e Bourdieu, entre outros muitos autores que consideram a escola um aparelho muito importante

---

\* Artigo originalmente publicado na edição n. 9.1 de 2002. Optamos por manter o texto como no original.

na reprodução do poder conservador e injusto que a Igreja, aparentemente, pareceu-me, não desejava referendar.

A partir de agora usaremos nesta comunicação, sem muito rigor, as expressões Igreja, Igreja Metodista, metodismo e movimento metodista, sempre no sentido de Igreja Metodista no Brasil.

## ANTECEDENTES IMEDIATOS GERAIS

As décadas de 1960 e 1970 foram marcantes para o metodismo brasileiro pela grave e fértil crise que enfrentou, tanto em sua vida paroquial como em sua política educacional, levada a efeito por meio de suas instituições de ensino.

Nessas décadas, a urbanização foi bastante acelerada em função do período de industrialização que marcou o governo Juscelino Kubitschek, na década de 1950, e de projetos do governo autoritário instalado em 1964. Em vastas áreas do País, ocorreram deslocamentos de eixos econômicos e certa desorganização urbana. A Igreja, historicamente ligada a pequenas cidades e ao campo, sentiu-se despreparada no trato dessas mudanças.

Politicamente, estamos na segunda metade da década de 1970; o militarismo começava a dar sinais de esgotamento e a sociedade civil passava a agendar temas pouco simpáticos ao autoritarismo: o questionamento à perversa política salarial, a “anistia geral, ampla e irrestrita”, o reatamento diplomático com Cuba; um pouco mais tarde, a campanha “Diretas Já”, acompanhada de severas críticas à política educacional, repulsa à repressão estudantil e à Lei de Segurança Nacional.

Além destas questões, afetavam também a Igreja Metodista, notadamente sua juventude, o avanço da Teologia da Libertação, a força das Comunidades de Base da Igreja Católica, as conferências de Puebla e de Medellín, a Guerra Fria com a falsa dicotomia Leste-Oeste e o início de uma atmosfera de pós-modernidade que as tensões em Paris e as crises em diversos seminários protestantes brasileiros sintetizam bem.

A crise interna do metodismo brasileiro fez-se explicitar por meio de fenômenos muito claros em seu corpo:

- pequeno crescimento numérico de seus membros, e até decréscimo em algumas paróquias;
- debandada de grande parte de sua juventude, descontente com a aproximação da cúpula da Igreja ao governo militar;
- fechamento da Faculdade de Teologia e dispersão dos seminaristas, o que provocou grande mal-estar interno;
- divisões internas em função de radicalizações ideológicas que acabaram gerando, em alguns locais, denúncias e perseguições, além de cismas altamente prejudiciais ao metodismo convencional brasileiro, como o surgimento da Igreja Wesleyana.

Nessa fase do processo, mais ligado à década de 1960, embora tenha explodido no seu final, a crise e o fechamento da Faculdade de Teologia em Rudge Ramos (SP) talvez

tenham sido o dado mais importante que levou a Igreja Metodista a perceber a necessidade de uma revisão em seu modo de olhar a educação.

A Faculdade e a Igreja Metodista no Brasil, historicamente, sempre mantiveram uma relação ambígua de amor e desilusão, de respeito e suspeita. De todas as instituições de ensino, desconfio que seja a Faculdade de Teologia a mais amada e talvez seja ela o grande vestígio capaz de lançar luzes ao inexplicável “caso de amor” da Igreja com o Granbery, seu berço de origem em Juiz de Fora, e importante núcleo formador de quadros metodistas, pelo menos até a década de 1930.

Seu fechamento feriu o coração da Igreja e, embora sua repercussão tenha sido mais interna, provocou cicatrizes profundas por ter colocado em questão valores e ideais incorporados, até então, como imprescindíveis à existência do próprio movimento metodista, abalando sua fraternidade e sua espiritualidade, colocando-a humilhada e desnudada como não acontecera antes em momento algum de sua história.

Uma análise mais rigorosa da intelectualidade que contribuiu para o surgimento do *Diretrizes* vai nos levar muito mais à Faculdade de Teologia do que a Piracicaba, como erradamente se tem admitido nos meios metodistas brasileiros, embora seja significativa a influência exercida pela Unimep, que, naquele momento, havia acolhido bom número de intelectuais de Rudge Ramos, descontentes com a situação que lá se vivia.

Insistimos em nossa hipótese de que o *Diretrizes* é o resultado de longo processo de conflitos e diálogos ocorridos no interior do projeto educacional metodista cujas consequências foram muito além dele, até porque as forças que o engendraram, complexas e múltiplas, constituíram partes de um quadro mais amplo, fruto de múltiplas determinações, que escaparam à própria percepção e universo dos sujeitos envolvidos.

## **O CONTEXTO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FORMAL**

Na área da educação formal, no *Diretrizes* tratada como educação secular, duas diferentes situações ocorreram no período em relação ao projeto educacional metodista no Brasil.

Em primeiro lugar, a crise que atingiu algumas instituições de ensino da Igreja Metodista levou o Conselho Geral das Instituições Metodistas (Cogeime) a realizar pesquisa na área e esboçar algumas conclusões que procuramos sintetizar:

Já não é necessário usar instituições de ensino para adentrar a nossa sociedade. [...] que “a Igreja não precisa mais dos seus colégios”. Temos de reconhecer que muitos dos propósitos iniciais da instituição, embora nobres e válidos em seu tempo, não servem para o presente. Deve a Igreja possuir a necessária coragem para determinar que seja extinto ou mudado o curso que não tenha mais razão de ser. Ela deve criar aquilo que o presente e o futuro indiquem ser necessário. (COGEIME, 1969, p. 26, 27, 44).

A pesquisa sugere uma série de providências que deveriam ser tomadas para enfrentar as dificuldades daquele momento e encarar com realismo o esvaziamento de sentido da

existência de muitos colégios, cujos problemas eram encarados mais como incompetência administrativa de suas direções do que produto de fortes transformações sociais e políticas.

O ensino e a educação foram a base estratégica do metodismo brasileiro para penetrar na sociedade e, por isso, pode-se concluir o peso que representaram para Igreja as conclusões a que chegaram seus pesquisadores sobre a situação das instituições de ensino.

No período, a ênfase tecnicista e funcionalista do governo autoritário contaminou várias instituições, especialmente na ministração do ensino médio, que apressadamente tentaram aderir à reforma da educação de 1971 e chocaram-se de frente com as várias diretrizes existentes na época, como os documentos: *Esboço de educação das instituições de ensino da Igreja Metodista* (1964), *Objetivo e filosofia educacional das instituições de ensino da Igreja Metodista* (1971), *Filosofia educacional* (COGEIME, 1969) e *Fundamentos, diretrizes, políticas e objetivos para o sistema educacional metodista* (1979).

Nos níveis básico e secundário de ensino, não era tranquila a situação, quer pelo achatamento salarial, que comprometia severamente o poder aquisitivo da população, quer pela presença mais efetiva do Estado nos níveis básicos de ensino, o que levou os pesquisadores metodistas a concluir:

Sabemos que as razões citadas para as escolas de ontem não são válidas no presente. O governo está construindo mais e mais escolas. A meta dos governos estaduais e federal é providenciar um lugar na escola para cada criança e para cada jovem em idade escolar. Sendo assim, alguns argumentam que a Igreja não tem mais razão para possuir escolas. (COGEIME, 1969)

Para equacionar o problema, uma pesquisa exaustiva do Cogeime traz sugestões objetivas, como: fechamento de internatos, remanejamento de cursos, preparação de quadros metodistas, desativação de instituições e outras.

É importante registrar que este quadro ensejou debates, provocou tensões e constrangeu setores da Igreja Metodista à prática de diálogos com as congregações docentes e a sociedade em geral, hábitos quase sempre ausentes no mundo eclesiástico, portador de conhecimento revelado e definitivo.

Os vários documentos que precederam o *Diretrizes* e o *Vida e Missão*, não deixam dúvidas sobre a existência de um mal-estar que causava problemas à Igreja Metodista e sua vontade de encontrar soluções para as dificuldades que enfrentava.

Paralelamente a este quadro, outra situação esboçava-se para o metodismo brasileiro, a qual passaremos a analisar.

O governo empossado em 1964, no empenho de preparar mão de obra especializada para o mercado de trabalho, preferencialmente sem ônus para o Estado, optou pela privatização do ensino superior e pelo enquadramento da universidade na formação de quadros necessários à implantação da política de desenvolvimento, ao criar, por exemplo, os cursos de formação de tecnólogos, nos quais só se aprendia a desembulhar pacotes tecnológicos estrangeiros.

A política de privatização do ensino abriu caminhos às instituições particulares no ensino superior e permitiu, com esta iniciativa, o atendimento à demanda reprimida de

alunos e, por fim, ao grave problema dos excedentes que vinham provocando vigorosa reação estudantil.

A Igreja Metodista aproveitou os flancos abertos e entrou fortemente neste nível de ensino, abrindo diversos cursos em suas instituições em Piracicaba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Bernardo do Campo.

Prestigiados pelo governo militar, os metodistas ocuparam assentos em conselhos estaduais de educação e também no conselho federal de educação, o que facilitou o processo e permitiu que muitas das instituições se transformassem em faculdades integradas e dessem o primeiro passo concreto na realização do antigo sonho do metodismo brasileiro de ter sua própria universidade, ainda que em uma visão ingênua e paroquial, originária no princípio da missão no Brasil e que se fez presente pelo menos até as décadas de 1940 e 1950 (Expositor Cristão, setembro/outubro de 1950).

Queremos uma Universidade essencialmente cristã, com todos os professores e funcionários evangélicos, que primem pelo seu viver, de modo a serem exemplos vivos do poder do Evangelho, e mais pelo exemplo que por outro qualquer motivo deixem sulcos indelévels nas personalidades dos futuros guias dos destinos de nossa Pátria. [...]. Em outras palavras, uma universidade não poderá possuir e, portanto, não poderá transmitir aos alunos, o ideal do caráter cristão, e a atitude cristã para com a vida e com os seus semelhantes – no sentido evangélico da palavra “cristão”, – a não ser que a orientação da universidade seja evangélica e o corpo docente seja também evangélico.

Apesar dessa ingenuidade, começou a surgir no próprio interior das Igrejas evangélicas, inclusive na Igreja Metodista, nos poucos programas de pós-graduação existentes, literatura mais crítica sobre o relacionamento igreja-escola, apontando para a necessidade de um respeito maior à natureza específica e ao compromisso social mais abrangente da escola (BOAVENTURA, 2001).

## **O TENSO PROCESSO**

No ano de 1974, após o enfrentamento de enormes resistências, finalmente viu-se concretizar o velho sonho do metodismo brasileiro, com o reconhecimento da Universidade Metodista de Piracicaba, a primeira da América Latina.

O fato trouxe euforia ao metodismo nacional que, entretanto, se encontrava despreparado para tamanho empreendimento e não possuía quadros nem outros recursos para levar adiante a iniciativa a bom termo.

O leitor que se der ao trabalho de examinar a história da Unimep em sua fase inicial facilmente constatará:

- a precariedade das instalações existentes para atender à avalanche de cursos criados para que a universidade fosse autorizada;
- curso de Educação Física sem quadras de esportes e sem piscina, cursos sofisticados de Engenharia e Tecnologia sem laboratórios e oficinas, cursos na área de

saúde sem clínicas e lugar de estágios, e até falta de salas de aula para alunos de outras áreas;

- estrutura de poder verticalizada, com um autoritário processo decisório no qual as mínimas questões passavam pelo solitário reitor, que não compartilhava suas responsabilidades, não ouvia os fracos colegiados e, por isso, sofria fortes e desnecessários arranhões;
- corpo docente precário. A maioria era apenas portadora de graduação, com uma presença mínima de mestres e doutores, em geral horistas, contratados de outras instituições onde atuavam em regime de dedicação;
- pesadíssimo endividamento em função da aquisição de terrenos e início da construção dos *campi* Taquaral e Santa Bárbara, que comprometiam qualquer tipo de investimento na área acadêmica;
- a quase completa ausência de quadros metodistas preparados para a docência. A maioria dos metodistas era constituída de jovens bem-intencionados, mas sem experiência na área e com parca titulação. De fato, os metodistas não possuíam formação teórica, escondiam-se como tarefeiros bem-intencionados na burocracia e até se sentiam prestigiados por dedicarem-se às problemáticas atividades de manutenção e controle, que não exigiam muito esforço de pensamento.

Estas precariedades comprometiam a Igreja Metodista, que acabava por ser apontada como responsável por elas e conivente em relação a uma administração centralizadora, autoritária, às vezes acusada pela comunidade unimepiana de nepotista e antidemocrática (Cecílio Elias Neto, 1994).

Fica a impressão de que muitas destas críticas eram procedentes, uma vez que os órgãos colegiados, como o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino e Pesquisa e os departamentos e colegiados de cursos, não funcionavam, deixando a reitoria entregue à sua própria sorte com um relacionamento difícil, inclusive com um desconfiado e fraco Conselho Diretor que, também por despreparo e falta de condições de trabalho, ia a reboque dos acontecimentos.

Paralelamente, movimentos de esquerda, sem espaço político em face da repressão militar, valendo-se deste vácuo, investiram fortemente no recrutamento de professores de tendência progressista alijados por outras instituições. Além disso, organizaram e criaram a Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Adunimep) e passaram a atuar decisivamente em defesa da democratização interna da instituição, da melhoria das condições de trabalho dos docentes e da qualidade de ensino, reivindicando e fazendo o que a Igreja Metodista pregava e deveria realizar.

A crise econômico-financeira agravou-se. A demanda de investimentos fazia-se muito grande e, em determinado momento, somente os gastos com a folha de pagamento consumiam até 90% da receita líquida. O patrimônio físico passou a ser ameaçado, dado que conseguiu sensibilizar e preocupar a Igreja Metodista na região e aguçou os conflitos com a reitoria, que, sem apoio interno, passou também a enfrentar as desconfianças do patato

Conselho Diretor.

A situação financeira da Unimep era muito semelhante à das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) no Brasil inteiro. Foi um período extremamente difícil para as instituições particulares de ensino em função do quadro econômico pós-milagre brasileiro do militarismo, que efetivamente não passou de grande fiasco, conforme constatado posteriormente.

Nesse caos produtivo, ocorreram greves seguidas, manifestações de alunos e professores, descontentamento interno geral, demissões – algumas necessárias, outras autoritárias e injustas –, até que, em 1978, por ocasião do Concílio Geral em Piracicaba, o pedido de demissão do vice-reitor fez eclodir uma crise de grande proporção que afetou a imagem da Universidade em Piracicaba, aumentou a preocupação da Igreja Metodista na região, provocou prolongado movimento de protesto de alunos e professores e culminou com a demissão do então reitor por absoluta impossibilidade de gerenciamento da crise.

Este episódio, ao inaugurar uma nova fase, difícil e extremamente perigosa, levou a nova administração a tomar algumas providências radicais e urgentes como:

- redemocratização das relações internas;
- fortalecimento dos órgãos colegiados;
- tentativa de equacionamento da situação financeira, que atingia níveis insustentáveis;
- esforço de restabelecimento do diálogo com o Conselho Federal de Educação e Ministério de Educação e Cultura, dificultado pelo afastamento do reitor, que merecia a confiança governamental;
- recrutamento de quadros, especialmente metodistas, que pudessem dar sustentação ao diálogo e melhorá-lo;
- aceleração da implantação dos *campi* para atender ao grande aumento do número de estudantes matriculados, em ambientes sem as mínimas condições.

Como tantos outros metodistas vindos de diferentes regiões do País, e até do exterior, em grande desconforto, participamos do debate porque o processo tendia a empurrar-nos para uma situação defensiva, fixada, injusta e mais identificada com a ordem estabelecida do que com os avanços pretendidos pela comunidade unimepiana. Esta, estranhamente empunhando o credo social da Igreja Metodista e os planos quadrienais, evangelizava-nos e cobrava posições coerentes com nossa própria pregação.

Felizmente, nesta fase a Unimep recebeu reforços de bons quadros metodistas oriundos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, mas sobretudo de Rudge Ramos (SP), de onde veio um bom número de teólogos que, ao se transferirem para Piracicaba, contribuíram para o avanço qualitativo do processo e a mudança de patamar dos debates ao lado de outras forças compromissadas com a redemocratização do País, em oposição mais clara e acirrada ao autoritarismo dos militares.

O debate ultrapassou os arraiais da Unimep, contaminou outras instituições de ensino e a própria Igreja, e detonou uma atrevida prática política cujos desdobramentos nem de

longe poderiam ser imaginados, como o envolvimento com outros países latino-americanos dominados por regimes repressivos.

O que era uma situação local ampliou-se, pautou a própria filosofia educacional liberal metodista em todo o País, provocando simultaneamente entusiasmo, angústia, muito espírito de luta e a sanha de grupos conservadores, sempre suspeitos, como ensinava-nos com muita propriedade Florestan Fernandes): “Não confio, de maneira alguma, na capacidade de atuação social inovadora do poder conservador. Este já demonstrou, de vários modos e reiteradamente, que não tem coragem para lutar senão por sua sobrevivência e fortalecimento” (FERNANDES, 1979).

Os metodistas aderiram ao diálogo, agora com relativa competência, mas, inegavelmente, foram os grupos de tendência marxista, cerceados pelos militares e sem outros espaços de atuação, que deram o tom das conversações, como o leitor poderá perceber por meio do relacionamento de algumas das inúmeras iniciativas nas quais a Unimep envolveu-se, inclusive com o apoio do Conselho Diretor e do lerdo Conselho Regional.

Entre as iniciativas que mais repercutiram e assustaram os conservadores, merecem destaque:

- movimento de apoio ao reatamento diplomático do Brasil com Cuba e envio de professores da Unimep para conhecerem a Ilha;
- apoio à Revolução Sandinista da Nicarágua, inclusive com a organização de seminário de educação popular e participação como observadora internacional em eleição nicaraguense;
- defesa da causa palestina, com promoção de seminário e assinatura de convênio com a OLP, hospedagem do congresso Sanaud da juventude palestina, com enorme repercussão nacional;
- acolhimento de exilados bolivianos perseguidos pelo ditador Garcia Meza, com a criação de fundo especial de bolsa para atendê-los;
- movimento e passeatas em defesa da anistia geral e irrestrita e a contratação e apoio a vários exilados que voltaram ao País;
- hospedagem, na Unimep, de dois congressos de âmbito nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), na ocasião proscrita pelo governo militar;
- apoio prático e concreto aos excluídos, como os negros, favelados, encarcerados, prostitutas e outros.

Naquele momento, o *campus* tornou-se fervilhante: a Unimep passou a ser considerada um polo perigoso de subversão pelo 2º Exército. Intelectuais de esquerda, estrangeiros e do Brasil, começaram a visitá-la, como fizeram Paulo Freire, Florestan Fernandes, Luiz Carlos Prestes, Peres Eskivel, Henrique Dussel, Mortimer Arias, George Casalis e muitos mais.

Simultaneamente, eram promovidos encontros para debates dos documentos da Igreja Metodista no Brasil, os escritos de Wesley e, sobretudo, a filosofia educacional, cujo debate alcançou níveis realmente elevados, como o último encontro antes do Concílio Geral, que aconteceu no Bennett, aprovado pelo Conselho Geral, que chamou para si a coordenação

das iniciativas do processo, juntamente com o Cogeime, que agasalhava todas as demais instituições metodistas de ensino do Brasil e, por isso, pôde imprimir um caráter oficial e muito mais amplo aos encontros convocados para o debate.

Ainda hoje, é muito agradável recordar o quanto se discutiu o credo social e os escritos de Wesley, que continham ênfase aos aspectos sociais publicados em forma de panfletos e pequenos livretes pela própria instituição, tais como *24 de maio, Dia do Metodismo* e *Assim falou Wesley*.

Ao mesmo tempo em que a Unimep alcançava projeção nacional, trazia à Igreja Metodista, especialmente ao grupo conservador, desproporcional preocupação, até pela pressão governamental que recebia em razão das constantes e contundentes críticas feitas a ela.

O processo que a Igreja Metodista viveu nesta fase preparatória, anterior à aprovação do *Diretrizes*, foi extremamente fértil, muito doloroso, que só não alcançou maiores avanços em função das convicções arraigadas e das intransigências dos participantes que, de um lado, sabiam tudo sobre o modelo de revolução que deveriam levar a cabo e só faltavam marcar sua data, e de outro, os possuidores do saber revelado e da visão do Reino, tão santo e puro que não comportava o diferente.

Não houve como a Igreja escapar desse debate que a contaminou e a envolveu e, em boa parte, a desestabilizou, paradoxalmente, por desafiá-la a viver seus próprios documentos.

Foi nesse ambiente de tensão, de questionamentos e desafios que o Concílio Geral em Belo Horizonte, impactado, discutiu e aprovou, após acirrados debates, o *Plano para a Vida e a Missão* e, com ele, o documento *Diretrizes para a Educação Metodista*, vigente até nossos dias.

Examinaremos agora apenas o teor do *Diretrizes*, que alcançou maior aceitação fora do que dentro da Igreja Metodista, embora saibamos que uma melhor compreensão delas só é possível quando examinada como parte de um todo que inclui os demais documentos: Plano diretor missionário da Igreja Metodista, Credo Social e o próprio Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

Em primeiro lugar, merece destaque a compungente *mea-culpa* assumida pela Igreja no Concílio Geral, que colocou em questão toda a prática educativa metodista no Brasil, desde seus primórdios. Diz o texto:

Até o momento, nossa ação educativa tem sido influenciada por idéias da chamada filosofia liberal, típicas de nossa sociedade, resultando num tipo de educação com características acentuadamente individualistas.

Alguns dos elementos fundamentais dessa corrente são:

- preocupação individualista com a ascensão social;
- acentuação do espírito de competição;
- aceitação do utilitarismo como norma de vida;
- colocação do lucro como base das relações econômicas. (DIRETRIZES, 1983).

O *Diretrizes* continua a explicitar de modo claro as razões pelas quais a bem-intencionada obra educacional metodista no Brasil teria se constituído em um equívoco, merecedor de forte reparo:

No caso específico das nossas escolas, à medida que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, elas perderam suas características inovadoras e passaram a ser reprodutoras da educação oficial. Esvaziaram-se perdendo sua percepção de que o Evangelho tem também dimensões políticas e sociais, esquecendo, assim, sua herança metodista. Em razão de suas limitações históricas e culturais a ação educativa metodista tornou-se prejudicada em dois pontos importantes: primeiro, porque não se identificou plenamente com a cultura brasileira; segundo, por ter apresentado pouca preocupação em descobrir soluções em profundidade para os problemas dos pobres e desvalidos, que são a maioria do nosso povo. (DIRETRIZES, 1983).

O *Diretrizes* prossegue, insinuando o inconformismo dos educadores e aponta para novos caminhos que devem ser buscados:

A busca destes novos caminhos deve procurar a superação do modelo educacional vigente. Não se pode mais aceitar uma educação elitista, que discrimina e reproduz a situação atual do povo brasileiro, impedindo transformações substanciais em nossa sociedade. Também não podemos nos conformar com a tendência que favorece a imposição da cultura dos poderosos, impedindo a maior participação das pessoas e aumentando cada vez mais seu nível de dependência. (DIRETRIZES, 1983).

Ao apontar as práticas que deveriam ser levadas a efeito, o *Diretrizes* abandona a ideia de consenso fácil e valoriza o conflito aberto como forma de luta contra todo tipo de dominação e recomenda que os metodistas devem:

motivar educadores e educandos a se tornarem agentes positivos de libertação, denunciar todo e qualquer tipo de discriminação ou dominação que marginalize a pessoa humana, respeitar e valorizar a cultura dos participantes do processo educativo, [...] apoiar os movimentos que visem à libertação dos oprimidos [...] Vale o conflito; é sadio e necessário por permitir a interação com o diferente sem a necessidade de cooptá-lo e de levar em consideração a importância das incertezas, da imprevisibilidade e do caótico como elementos indispensáveis para compreensão da realidade. (DIRETRIZES, 1983).

De modo extremamente feliz, termina o tópico “O que devemos fazer”, que se constitui em verdadeiro programa de ação para os metodistas:

toda a ação educativa da Igreja deverá proporcionar aos participantes condições para que se libertem das injustiças e males sociais que se manifestem na organização da sociedade, tais como: a deterioração das relações na família e entre as pessoas, a deturpação do sexo, o problema dos menores, dos idosos, dos marginalizados, a opressão da mulher, a prostituição, o racismo, a violência, o êxodo rural resultante do mau uso da terra e da exploração dos trabalhadores do campo, a usurpação dos direitos do índio, o problema da ocupação desumanizante do solo urbano e rural, o problema dos toxicômanos, dos alcoólatras, e outros. (DIRETRIZES, 1983).

Após estas observações, é possível perceber a grande semelhança entre os conceitos e a linguagem trabalhados pelo Concílio Geral e aqueles utilizados pelos órgãos colegiados da Unimep, nos quais a maioria não era metodista e mantinha-se distante da Igreja.

## O QUE REVELA O *DIRETRIZES*

Trata-se de um documento datado e localizado, que revela muito do tempo de sua elaboração e aprovação e explicita os pressupostos cujas raízes vão além dele, como passaremos a observar.

Inicialmente, há nele uma forte profissão de fé no poder transformador da educação, que deve ser colocada à disposição para a construção de um mundo melhor.

Em segundo lugar, admite como fato dado uma dicotomia social, na qual existem opressores e oprimidos, e toma partido dos excluídos, advogando a solidariedade a todos os movimentos que visem à libertação dos oprimidos e condenando abertamente o liberalismo individualista.

A aprovação do *Diretrizes* não foi tão tranquila como às vezes podemos imaginar vinte anos depois. Tratou-se de um parto difícil, de tomada de posições muito dura, como registra Castro (2001) ao referir-se ao *Vida e Missão* e ao *Diretrizes*. Eram considerados pelos setores conservadores documentos influenciados pelo marxismo e pela Teologia da Libertação, pela linguagem progressista que os permeava.

Na mesma obra, duas justificativas de votos no plenário do Concílio Geral de 1982, registradas pelo autor sobre o *Diretrizes*, dão-nos a temperatura do debate: “O documento *Diretrizes* [...] fere frontalmente o Evangelho e interpreta fatos históricos, na área educacional, que não se me afigura de forma correta” (CASTRO, 2001).

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Carlos. **A Linguagem Teológica Protestante como inovação de Valores Ausentes e sua Tentativa de Mudança**. 1984. 89p Monografia de Conclusão de Curso de Bacharel em Teologia. Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. São Bernardo do Campo.

BOAVENTURA, Elias. **Reflexão sobre o Documento “Vida e Missão”. Análise do Documento “As Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista”**. Piracicaba: Editora Unimep, 1983

BONINO, José Miguez. Tradutor: Adesses Antônio Oliveira Araújo. **Metodismo: releitura latino-americana**. Piracicaba: editora UNIMEP, 1983

ELIAS Netto, Cecílio. **Piracicaba Política - a História que eu sei 1942/1992**. Piracicaba: Gráfica UNIMEP, 1992

\_\_\_\_\_. **Magic Paula: A Trajetória de uma Campeã**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1995

FLEURY, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Universidade**.1988,386p. tese de Doutorado em Filosofia da Educação, Departamento de Filosofia – Doutorado em Filosofia da Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MATOS, Benjamim Garcia. **A Importância do Fundamento Jurídico na busca do Bem Comum e no Interesse Social na Crise de 1985 na UNIMEP**. 1989,308p. Monografia de especialização em Administração da Educação. Faculdade de Educação – Especialização em Administração da Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

MESQUITA, Zuleica de castro Coimbra. **A Crise da Faculdade de Tecnologia da Igreja Metodista em 1968 à luz do Pensamento de Edgard Morim**. 1997.246p. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

OLIVEIRA, Cleiton de. **Análise Crítica de Uma Experiência Universitária: O Caso da Universidade metodista de Piracicaba**. 1983.340.p. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação – Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **O Clamor dos Pobres: Um desafio à Concepção Metodista de Responsabilidade Social no Brasil**. (1960-1965)1991.228.p Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo.

**Assim Falou Wesley**. Pastoral Universitária – UNIMEP

**Esboço de Uma Filosofia de Educação das Instituições de Ensino da Igreja Metodista do Brasil**. Documento Elaborado pela Junta de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil. 1964

**Fundamentos, Diretrizes, Políticas e Objetivos para o Sistema da Igreja Metodista do Brasil**. Trecho do Documento elaborado pelos Bispos, Líderes e Educadores da Igreja Metodista no seminário sobre Educação na Igreja Metodista, realizado no Rio de Janeiro em Julho de 1979.

**24 de Maio dia do Metodismo**. Universidade metodista de Piracicaba – UNIMEP.

**Objetivo e Filosofia Educacional das Instituições de Ensino da Igreja Metodista**. Documento aprovado pelo X Concílio Geral da Igreja Metodista.

## **Obras Citadas**

BOAVENTURA, Elias. Evolução histórica do conceito de confessionalidade no metodismo brasileiro. **Revista de Educação do COGEIME**, São Paulo, Ano 10, n.18, 16p, 2001.

\_\_\_\_\_. Historiografia da História da educação Metodista no Brasil. **Revista de Educação COGEIME**, São Paulo, Ano 10, n.19, 31p, 2001

CASTRO, Clovis Pinto; VUNHA, Magali do Nascimento. **Forjando uma nova Igreja: Dons e Mistérios em Debate**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2001

COGEIME – Estatuto das Instituições de Ensino da Igreja Metodista – retrospecto, atualidade e perspectivas. COGEIME, 1968 – 1969

ELIAS Netto, Cecílio. **Ousadia na Educação** - A Formação da UNIMEP. Piracicaba: editora UNIMEP, 1994.

GORGEN, Pedro. Pós Modernidade, Ética e Educação. **São Paulo**: Autores Associados, 2001. Coleção do nosso tempo.

**Vida e Missão**, Decisões do XII Concílio Geral da Igreja Metodista e Credo Social da Igreja Metodista. Piracicaba: Editora Unimep, 1982

#### **DADOS DO AUTOR:**

**ELIAS BOAVENTURA**

Foi docente do programa de Pós Graduação em Educação  
da Universidade Metodista de Piracicaba

Publicado originalmente na edição Vol. 9.1 de 2002